

Palácio Paiaguás, em Cuiabá-MT, 08 de junho de 2015, 194º da Independência e 127º da República.


PEDRO TAQUES
Governador do Estado


PAULO CESAR ZAMAR TAQUES
Secretário Chefe da Casa Civil


JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Gestão


PERMINIO PINTO FILHO
Secretário de Estado de Educação

DECRETO Nº 117, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a retificação em parte, do Decreto nº 3.464 de 29 de novembro de 2001, publicado no Diário Oficial da mesma data, para fins de regularização funcional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 66, da Constituição Estadual, e considerando o disposto nos artigos 36 e 83, da Lei Complementar nº 50, de 1º.10.98;

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado, o Decreto nº 3.464, de 29/11/2001, publicado no Diário Oficial da mesma data, *para fins de regularização funcional*, constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá-MT, 08 de junho de 2015, 194º da Independência e 127º da República.


PEDRO TAQUES
Governador do Estado


PAULO CESAR ZAMAR TAQUES
Secretário Chefe da Casa Civil


JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Gestão


PERMINIO PINTO FILHO
Secretário de Estado de Educação

ANEXO I
CARGO: PROFESSOR

Onde se lê:

NOME: EVILÁSIO JOSE DE ARRUDA

MATRÍCULA: 317090011 CPF: 34571337191 CLASSE: B NÍVEL: 4

A PARTIR DE: 01/12/1998

Leia-se:

NOME: EVILÁSIO JOSE DE ARRUDA

MATRÍCULA: 317090011 CPF: 34571337191 CLASSE: B NÍVEL: 3

A PARTIR DE: 1º/10/1998

DECRETO Nº 118, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Determina a intervenção nos serviços delegados ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) para execução no Hospital Regional de Sorriso, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual e pelo artigo 13, § 1º da Lei Complementar estadual nº 150/2004, e

Considerando o dever do Estado de garantir o acesso ao direito à saúde nos termos do que dispõem os artigos 13 e 217 da Constituição do Estado, e o artigo 196, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de garantir o atendimento à saúde da população de forma ética, eficaz, com humanização e qualificação;

Considerando o Contrato de Gestão de nº 003/SES/MT/2012, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH);

Considerando que a legislação pertinente (artigo 66, 58, inciso III, 67, § 1º, 69 e 76 todos da Lei nº 8.666/1993) e o Contrato de Gestão referido (Cláusulas 9.3, 9.6 e 9.8) estabelecem a fiscalização da execução das obrigações e as regras para o acompanhamento e avaliação do desempenho da Organização Social contratada, de acordo com os objetivos, metas, indicadores de desempenho e sistemática de avaliação previamente fixados;

Considerando o interesse público consubstanciado nos achados de auditoria expostos no Relatório de Auditoria nº 003/2014/AGSUS/SES/MT, registrado no protocolo SES nº 125406/2015, que expõem série de evidências que materializam a execução imperfeita, inadequada e insuficiente do Contrato de Gestão nº 003/SES/MT/2012;

Considerando o conjunto de documentos encaminhados pela Ouvidoria do SUS/MT, registrado sob o atendimento de nº 1227977, apresentando denúncia acerca da gestão inadequada exercida pela OSS - INDSH - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano;

Considerando o ofício encaminhado pelo Ministério Público, o qual foi registrado no protocolo SES sob o nº 257575/2015/SES/MT, requerendo providências administrativas em virtude da rescisão contratual da empresa formada por ginecologistas e obstetras, com o INDSH - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano;

Considerando que as causas acima implicam, isoladamente ou em conjunto, iminentes riscos quanto à regularidade do gerenciamento empreendido pela Organização Social contratada e/ou descumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão;

Considerando que os relatórios de auditoria acima indicados apontam que o contratado descumpriu as cláusulas do contrato de gestão;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado, com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 150/2004 e Cláusula Décima Primeira do Contrato de Gestão nº 003/SES/MT/2012, a intervenção do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso no gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional de Sorriso, mediante ocupação do imóvel, bens móveis, equipamentos e utensílios e recursos humanos, ou quaisquer outros bens ou utilidades necessários ao seu funcionamento.

Art. 2º A intervenção tem como finalidade:

I - recuperar a regularidade do gerenciamento empreendido no Hospital Regional de Sorriso;

II - cumprir as obrigações não adimplidas pela Organização Social contratada, previstas no Contrato de Gestão, imprescindíveis à continuidade e melhora da prestação dos serviços públicos de saúde; e

III - apurar a responsabilidade pelas causas determinantes deste ato de intervenção e por quaisquer outras irregularidades no gerenciamento dos hospitais ou inadimplemento de obrigações que porventura sejam